

CONSULPLAN

Praticando 500 questões
Gabaritadas

CADERNO DE QUESTÕES



CÓD: SL-094NV-22
7908433229896

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Matemática	55
3. Raciocínio Lógico	67
4. Informática.....	71
5. Direito Administrativo.....	77
6. Direito Constitucional.....	101
7. Direito Penal.....	117
8. Direito Processual Penal.....	123
9. Direito Civil.....	129
10. Direito Processual Civil	137
11. Administração Geral E Pública	147
12. Direitos Humanos	155

Nada mal, se supusermos que basta isso para que exista vida. Porém, a situação é bem mais complexa e depende das propriedades da vida e, em particular, da história geológica do planeta.

Aqui na Terra, a vida surgiu 3,5 bilhões de anos atrás. Porém, durante aproximadamente 3 bilhões de anos, a vida aqui era constituída essencialmente de seres unicelulares, pouco sofisticados. Digamos, um planeta de amebas.

Apenas quando a atmosfera da Terra foi “oxigenada”, e isso devido à “descoberta” da fotossíntese por essas bactérias (cianobactérias, na verdade), é que seres multicelulares surgiram.

Essa mudança também gerou algo de muito importante. quando o oxigênio atmosférico sofreu a ação da radiação solar é que se formou a camada de ozônio que acaba por proteger a superfície do planeta. Sem essa proteção, a vida complexa na superfície seria inviável.

Fora isso, a Terra tem uma lua pesada, o que estabiliza o seu eixo de rotação. a Terra é como um pião que está por cair, rodopiando em torno de si mesma numa inclinação de 23,5 graus.

Esta inclinação é a responsável pelas estações do ano e por manter o clima da Terra relativamente agradável. Sem nossa Lua, o eixo de rotação teria um movimento caótico e a temperatura variaria de forma aleatória.

Juntemos a isso o campo magnético terrestre, que nos protege também da radiação solar e de outras formas de radiação letal que vêm do espaço, e o movimento das placas tectônicas, que funciona como um termostato terrestre e regula a circulação de gás carbônico na atmosfera, e vemos que são muitas as propriedades que fazem o nosso planeta especial.

Portanto, mesmo que existam outras “Terras” pela galáxia, defendo ainda a raridade do nosso planeta e da vida complexa que nele existe.

(Marcelo Gleiser – Disponível em. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelogleiser/1172152-quao-rara-e-a-terra.shtml>.)

Dos pares de palavras apresentados, em apenas um o uso de acento gráfico não é justificado pela mesma regra. Assinale a alternativa que contém esse par de palavras.

- (A) “têm” e “vêm”.
- (B) “Vênus” e “possível”.
- (C) “constituída” e “superfície”.
- (D) “características” e “trânsito”.

5. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018

Assunto: Acentuação

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

Por que Marte perdeu sua água e acabou não ficando parecido com a Terra?

Embora a superfície de Marte seja hoje árida e inóspita, há bilhões de anos provavelmente estava tão coberta de água quanto a Terra. O que provocou o desaparecimento deste recurso crucial para o desenvolvimento da vida?

Uma das teorias vigentes é de que a água sumiu do planeta vermelho quando ele perdeu o campo magnético que o protegia dos ventos solares.

No entanto, um estudo recente feito por cientistas da Universidade de Oxford, no Reino Unido, mostrou que a perda do campo magnético não permite explicar o desaparecimento de toda a água que existia no planeta.

O resto, segundo a pesquisa, foi absorvido pelas rochas de basalto, que podem reter em seu interior aproximadamente 25% mais água que as pedras do mesmo tipo na Terra, já que são ricas em óxido de ferro.

Este processo foi tão intenso que é estimado que a crosta do planeta tenha consumido um oceano de mais de 3 km de profundidade.

Processo irreversível

Os pesquisadores da Universidade de Oxford chegaram a essa conclusão após calcular quanta água era possível de eliminar da superfície do planeta pela interação do líquido com os minerais das rochas.

O cálculo incluiu também fatores como a temperatura das pedras e a pressão atmosférica. Os resultados mostram que as rochas levaram grande parte da água da superfície para o interior do planeta.

Depois de absorvida, a água não pode ressurgir, porque as rochas basálticas não funcionam exatamente como uma esponja. elas quebram as moléculas, absorvendo apenas o oxigênio, enquanto o hidrogênio se espalha pelo espaço.

Essas rochas então se afundaram no manto (camada logo abaixo da superfície, assim como na Terra), deixando o planeta seco, sem a possibilidade de abrigar vida.

Diferenças sutis, mas importantes

Por que a Terra não passou por um processo parecido?

Segundo os pesquisadores de um estudo publicado na última edição da revista Nature, “Marte é um planeta muito menor que a Terra, com um perfil de temperatura diferente e uma quantidade maior de ferro em seu manto”.

“São diferenças sutis, mas podem ter um efeito significativo, que aumenta com o tempo”, diz o paper.

Esses fatores permitiram que a superfície de Marte fosse mais reativa à água que a nossa, possibilitando a formação de minerais que absorveram água e se afundaram para o interior do manto.

- (C) -26
(D) -112

12. CONSULPLAN - ATA (CFESS)/CFESS/2017

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Marcos leu um livro e a cada 28 páginas fez algumas anotações usando, para isso, três fichas. Se o livro tem um total de 364 páginas, então o número total de fichas utilizadas foi.

- (A) 37.
(B) 39.
(C) 41.
(D) 43.

13. CONSULPLAN - MOTO (PREF SABARÁ)/PREF SABARÁ/B/2017

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Sejam três números naturais, tais que. $a + b + c = 9$. Qual é o valor máximo de $a \times b \times c$?

- (A) 9.
(B) 20.
(C) 24.
(D) 27.

14. CONSULPLAN - TEC LEG (CM BH)/CM BH/II/2018

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Todo número primo tem dois divisores. o 1 e ele mesmo.
II. O número 70 decomposto em fatores primos é $2 \times 5 \times 7$, onde 2, nessa fatoração, é o único número composto.
III. O número 2 é o único número natural par, primo.
IV. O número 144 tem 15 divisores.
V. A soma dos divisores de 144 é 403 que é um número composto.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
(B) II, III e IV.
(C) III, IV e V.
(D) I, III, IV e V.

15. CONSULPLAN - PROF (SEDUC PA)/SEDUC PA/CLASSE I, NÍVEL A/MATEMÁTICA/2018

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Analise os números a seguir.

- I. 31.
II. 73.
III. 119.
IV. 129.
V. 183.

São números primos apenas

- (A) I e II.

- (B) III e V.
(C) I, II e V.
(D) I, III e IV.

16. CONSULPLAN - PROF (SEDUC PA)/SEDUC PA/CLASSE I, NÍVEL A/MATEMÁTICA/2018

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Os números 3240 e 1050 têm G como Máximo Divisor Comum (MDC) entre eles e tem como H o Mínimo Múltiplo Comum (MMC) entre eles. O valor de $4.MMC - 12.MDC$ é.

- (A) 453.400.
(B) 453.240.
(C) 453.480.
(D) 453.840.

17. CONSULPLAN - PROF (SEDUC PA)/SEDUC PA/CLASSE I, NÍVEL A/MATEMÁTICA/2018

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Sensoriamento Remoto

O sensoriamento remoto envolve ações para levantar dados, informações e imagens da superfície terrestre, com o intuito de representá-las e melhor entender os seus aspectos. Graças aos satélites, são possíveis as confecções de mapas temáticos com as mais variadas escalas de abrangência, conforme já mencionamos. Assim, é possível obter informações e registrar cartogramas sobre formas de relevo, topografia, ocupação humana, entre outros. Há também a funcionalidade meteorológica, em que a movimentação das massas de ar é captada de modo a auxiliar na previsão do tempo, que também conta com outros muitos instrumentos.

(Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/sensoriamento-remoto.htm>.)

Suponha que foram lançados três satélites artificiais, girando em torno da Terra em órbita circulares no dia 02/05/2017 com o objetivo de monitorar desmatamentos em área de preservação da Amazônia e poluição de mares. No dia 03/05/2017 observou-se que eles estavam alinhados. Sabe-se, também, que eles levam, respectivamente, 8, 10 e 12 dias para dar uma volta em torno da Terra. O dia que ocorrerá o próximo alinhamento será.

- (A) 29/08/2017.
(B) 30/08/2017.
(C) 31/08/2017.
(D) 01/09/2017.

18. CONSULPLAN - PROF (SEDUC PA)/SEDUC PA/CLASSE I, NÍVEL A/MATEMÁTICA/2018

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Se $x = 7^6 - 7$, então x é múltiplo de

- (A) 931.
(B) 5602.

12. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Excel 2016

Para aplicar sublinhado dentro de uma célula, no Microsoft Excel 2016, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, um usuário poderá utilizar dois atalhos de teclado de teclado; assinale-os.

- (A) CTRL + Z; CTRL + 2
- (B) CTRL + T; CTRL + 3
- (C) CTRL + S; CTRL + 4
- (D) CTRL + W; CTRL + 5

13. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Excel 2019

Considerando a utilização da planilha eletrônica Microsoft Office Excel 2019, configuração padrão, idioma Português-Brasil, sobre funções na planilha eletrônica, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() REPT. pode ser utilizada para repetir um texto por um determinado número de vezes, utilizando, para isso, dois parâmetros.

() MÁXIMO. pertence à categoria de funções estatísticas; é utilizada para retornar o valor máximo em uma lista de argumentos.

() ABS. retorna o valor absoluto de um número, utilizando, para isso, um parâmetro com o número e outro com a quantidade de casas decimais a serem utilizadas.

() INT. arredonda um número para cima até o número inteiro mais próximo.

A sequência está correta em

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, F, V, V.

14. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Conceitos, Modelos, Tipos e Topologias de Redes

As formas como os dispositivos em uma rede estão distribuídas e conectadas entre si é chamada de topologia de rede. Em uma das topologias de rede, todos os dispositivos estão conectados com todos os outros dispositivos, sendo a topologia com o maior nível de confiabilidade e robustez. Podemos afirmar que trata-se de topologia em.

- (A) Anel (ring).
- (B) Estrela (star).
- (C) Malha (mesh).
- (D) Barramento (bus).

15. CONSULPLAN - AUX (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Conceitos, Modelos, Tipos e Topologias de Redes

O departamento de processamento de dados do Ministério Público do Estado do Pará fica situado na capital Belém, ocupando uma única sala de um prédio na região central. Nesse setor trabalham dez servidores, cada um em seu computador do tipo desktop, conectados uns aos outros através de uma rede cabeada local, permitindo, assim, o compartilhamento de arquivos e a execução das tarefas diárias pertinentes às funções desses profissionais. Considerando o cenário descrito, a classificação da rede quanto à extensão física é.

- (A) LAN.
- (B) PAN.
- (C) MAN.
- (D) WAN.

16. CONSULPLAN - CONT (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Conceitos, Modelos, Tipos e Topologias de Redes

A topologia física de uma rede diz respeito à maneira como as máquinas são interligadas fisicamente. “Método simples, no qual é empregado o caminho bidirecional, sendo considerado o mais simples para a conexão de computadores em uma rede”. Trata-se da seguinte topologia.

- (A) Anel.
- (B) Malha.
- (C) Estrela.
- (D) Barramento.

17. CONSULPLAN - AADM (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Equipamentos, Meios de Transmissão e Conexão

Sobre comunicação de dados, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) A transmissão assíncrona ocorre caractere a caractere.
- (B) Uma transmissão síncrona é feita por blocos de caracteres.
- (C) Banda larga é o método de comunicação analógica que utiliza uma banda de grande largura.
- (D) Banda passante é o método de comunicação em que o sinal que transporta as informações é colocado diretamente no cabo em sua forma digital sem modulação.

10. CONSULPLAN - RED (CM BH)/CM BH/2018

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

Ao tratar dos princípios que regem a administração pública, a doutrina se refere a dois princípios, chamando-os de pedras de toque ou supraprincípios, pois, a partir destes dois, se extraem inúmeros outros. São eles.

- (A) Da legalidade e da finalidade.
- (B) Da publicidade e da eficiência.
- (C) Da legalidade e da moralidade.
- (D) Da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público.

11. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

Sobre o procedimento administrativo que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, é INCORRETO afirmar que.

- (A) Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação que deverá ser objeto de homologação pelo conciliador ou mediador indicado pelo Tribunal ou pelas partes.
- (B) Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio, não cabendo recurso dessa decisão que suspende o processo.
- (C) As controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão e implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação ou o recurso, eventualmente pendentes, no que tange aos pontos compreendidos pelo objeto da resolução administrativa.
- (D) Não havendo previsão contratual completa, deverão ser observados os critérios legais para a realização da primeira reunião de mediação dentre eles o aviso de que o não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação acarretará a assunção por parte desta de 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários sucumbenciais caso venha a ser vencedora em procedimento arbitral ou judicial posterior, que envolva o escopo da mediação para a qual foi convidada.

12. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/DIREITO/2019

Assunto: Conceito de atos administrativos

Analise as afirmativas a seguir.

I. A expressão “atos da Administração” traduz o sentido amplo, e indica que todo e qualquer ato se origine dos inúmeros órgãos que compõem o sistema administrativo em qualquer dos Poderes.

II. Existem três pontos fundamentais para a caracterização do ato administrativo. a) a necessidade de que a vontade seja emanada do agente da Administração Pública ou daquele que é dotado de prerrogativas desta; b) deve propiciar a produção de efeitos jurídicos com fim público; c) deve toda essa categoria de atos ser regida basicamente pelo direito público.

III. Se a autoridade hierarquicamente superior atrair para sua esfera decisória a prática de ato da competência natural de agente com menor hierarquia, dar-se-á o fenômeno da avocação, cujo escopo é evitar decisões concorrentes e, eventualmente, contraditórias.

IV. No direito público, o silêncio, como regra, importa consentimento tácito, considerando-se os usos ou as circunstâncias normais; somente não valerá como anuência se a lei declarar indispensável a manifestação expressa.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.

13. CONSULPLAN - AFIS (PREF CORBÉLIA)/PREF CORBÉLIA/2021

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Considere que determinada autoridade tributária do Município de Corbélia/PR tenha aplicado uma multa ao dono de determinado comércio local sem que, contudo, a hipótese legal de sua aplicação houvesse ocorrido. Nesse caso, o ato administrativo padece do vício de.

- (A) Conteúdo.
- (B) Finalidade.
- (C) Fundamento.
- (D) Competência.

14. CONSULPLAN - EST DIR (PGE ES)/PGE ES/2021

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Sobre os atos administrativos, os seguintes elementos compõem o mérito administrativo.

- (A) Forma e Objeto.
- (B) Motivo e objeto.
- (C) Competência e finalidade.
- (D) Finalidade e oportunidade.

(D) O Poder Constituinte originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade.

11. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (recepção, repristinação, desconstitucionalização)

O processo legislativo, consagrado no texto constitucional, consiste no conjunto coordenado de disposições que disciplinam o procedimento a ser estabelecido pelos órgãos competentes na produção de leis e atos normativos que derivam diretamente da própria constituição.

Todavia, diante de uma nova ordem constitucional, normas anteriormente vigentes podem ou não receber enquadramento jurídico diverso daquele que dispunham anteriormente. A respeito do advento de uma nova ordem constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) Repristinação é o fenômeno que se dá quando uma norma revogada de outra anterior, que, por sua vez, tivesse revogado outra mais antiga, recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos.

(B) Recepção consiste no acolhimento, pela nova Carta Constitucional, de leis e atos normativos vigentes na ordem constitucional anterior, mas sobre os quais subsistia dúvida ou insegurança jurídica quanto à sua validade ou constitucionalidade.

(C) Desconstitucionalização decorre da manutenção em vigor, perante a nova ordem jurídica, da Constituição anterior, que, porém, perde sua hierarquia constitucional para operar como legislação, mas, ocupando posição hierárquica superior à legislação comum.

(D) Convalidação consiste no acolhimento que uma nova constituição dá às leis e atos normativos editados sob a égide da Carta anterior, desde que compatíveis consigo, recebendo materialmente tais leis e atos normativos, como também lhe assegurando conformidade à nova sistemática vigente.

12. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

O ponto de partida de interpretação das normas da Constituição são os princípios constitucionais que a condicionam.

A atividade de interpretação da Constituição deve iniciar com a identificação do princípio maior que rege a matéria sob estudo, descendo do mais genérico ao mais específico, até chegar à formulação da regra concreta que vai reger a espécie. São princípios constitucionais condicionantes da interpretação constitucional, EXCETO.

(A) Princípio da unidade da Constituição.

(B) Princípio do acesso ao Poder Judiciário.

(C) Princípio da interpretação conforme a Constituição.

(D) Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos do poder público.

13. CONSULPLAN - ANA JUR (MPE PA)/MPE PA/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir.

I. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

II. É inconstitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.

III. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.

IV. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

Após análise dos itens, conclui-se que

(A) uma assertiva está correta.

(B) três assertivas estão corretas.

(C) duas assertivas estão corretas.

(D) nenhuma assertiva está correta.

14. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2018

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) É absolutamente livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

(B) Não é reconhecido aos transgêneros o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

(C) A garantia do voto secreto, entendida como elemento fundamental do sistema democrático, não pode ser suprimida por meio de emenda.

(D) A Constituição não excepciona do dever geral de informar a hipótese de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, sendo inadmitido o sigilo.

9. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Tempo do Crime

Quanto ao tempo do crime, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro adotou a teoria do(a)

- (A) atividade.
- (B) resultado.
- (C) ubiquidade.
- (D) contemporaneidade.

10. CONSULPLAN - AJ TRE RJ/TRE RJ/JUDICIÁRIA/2017

Assunto: Tempo do Crime

“João da Silva atira contra ‘X’ no dia 29/5, tendo ‘X’ falecido 20 dias depois.” Sobre o tempo do crime, o Código Penal adota a teoria.

- (A) Ubiquidade.
- (B) Da atividade.
- (C) Do resultado.
- (D) Ambivalência.

11. CONSULPLAN - AJ TRF2/TRF 2/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2017

Assunto: Lugar do Crime

Sobre a aplicação da lei penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

II. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

III. O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

12. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/DIREITO/2019

Assunto: Princípio da Territorialidade

Henrico, turista espanhol, de férias no Brasil, contratou uma embarcação marítima para passar a festa de ano novo na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Durante as comemorações, quando a embarcação estava atracada no litoral brasileiro, o turista entrou em uma briga com Pedro, brasileiro. Durante o episódio, Henrico, utilizando-se de uma garrafa de espumante, agrediu Pedro causando

-lhe lesões gravíssimas.

Sobre a situação hipotética narrada e considerando o que disciplina o Código Penal sobre a aplicação da Lei Penal, é correto afirmar que.

- (A) Caso a embarcação seja estrangeira, aplicar-se-á a lei de sua origem.
- (B) Sendo Henrico estrangeiro, ao fato ocorrido a bordo do navio, ainda que em território brasileiro, aplicar-se-á a lei de sua nacionalidade.
- (C) Uma vez que a embarcação encontra-se dentro do mar territorial do Brasil, será aplicável a lei brasileira, mesmo Henrico sendo estrangeiro.
- (D) Tendo em vista que o crime foi praticado contra um brasileiro, independentemente de a embarcação se encontrar em território brasileiro, será aplicada a lei brasileira.

13. CONSULPLAN - TJ TRF2/TRF 2/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA E TRANSPORTE/2017

Assunto: Dolo, Culpa e Preterdolo

O sonambulismo exclui o seguinte elemento do crime.

- (A) Fato típico.
- (B) Punibilidade.
- (C) Culpabilidade.
- (D) Antijuridicidade.

14. CONSULPLAN - ODONTO (PREF SABARÁ)/PREF SABARÁ/"SEM ÁREA"/2017

Assunto: Dolo, Culpa e Preterdolo

“O ato ilícito, para o cirurgião-dentista, é aquele praticado culposamente, em desacordo com a norma jurídica; é o que viola direito subjetivo individual, causando prejuízo a outrem, criando o dever de reparar tal lesão. Para que se configure o ilícito, é imprescindível haver um dano oriundo de uma atividade culposa.”

(Rovida & Garbin, 2013.)

Como se chama a modalidade de culpa, na qual o profissional, no caso o cirurgião-dentista, deixa de realizar determinada ação considerada necessária ou obrigatória, por imposição técnica ou por segurança, ou mesmo decorrente de imposição legal?

- (A) Imperícia.
- (B) Negligência.
- (C) Imprudência.
- (D) Maleficiência.

15. CONSULPLAN - ODONTO (PREF SABARÁ)/PREF SABARÁ/ESPECIALISTA ORTODONTIA/2017

Assunto: Dolo, Culpa e Preterdolo

“João é um cirurgião-dentista, com pouco tempo de formado, e iniciou recentemente um curso de aperfeiçoamento em ortodontia. Logo após o início do curso, rece-

() A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

() A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

() A competência será determinada pela continência nas hipóteses de concurso formal, erro na execução e resultado diverso do pretendido.

A sequência está correta em

(A) V, F, V, F, F.

(B) F, V, F, F, V.

(C) F, F, V, V, F.

(D) V, F, V, V, V.

11. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2018

Assunto: Critério de Fixação de Competência

De acordo com a Jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

(B) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

(C) O mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

(D) Compete ao juízo do local da falsificação do cheque processar e julgar crime de estelionato nessa modalidade, sendo irrelevante o local da obtenção da vantagem ilícita.

12. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Da Comunicação dos Atos Processuais (arts. 351 a 372 do CPP)

Com relação ao ato de citação no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

(B) Segundo o STF, é constitucional a citação por hora certa prevista no art. 362 do Código de Processo Penal.

(C) Réu citado por edital, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal, terá o prazo de quinze dias para apresentar Resposta à Acusação, contados da publicação do edital.

(D) Quando o réu reside em local certo e sabido, mas diverso do local deprecado, o juiz responsável poderá encaminhar a carta à comarca correta, oficiando ao juiz deprecante sobre o fato. Esta modalidade de carta precatória é denominada itinerante.

13. CONSULPLAN - JE TJMG/TJ MG/2018

Assunto: Fase Decisória e Sentença Penal (arts. 381 a 392 do CPP)

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo o Código de Processo Penal, a “emendatio libelli” exige que seja assegurada ao acusado vista sobre a possível modificação da classificação jurídica do fato, para incidência de crime mais gravemente apenado.

II. “Y” foi denunciado por tentativa de furto simples. Encerrada a instrução, a prova coligida aponta para a prática de furto qualificado consumado, a exigir a providência do art. 384 do CPP (“mutatio libelli”). O Promotor de Justiça oficiante recusou-se a aditar a denúncia e, remetidos os autos ao Procurador Geral de Justiça, este avalizou a recusa. Neste caso, nada restará ao magistrado fazer, a não ser proferir sentença pelo crime constante da inicial.

III. No caso de “mutatio libelli”, não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, o assistente de acusação poderá fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o Juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.

IV. É admissível a “mutatio libelli” em segundo grau de jurisdição.

Assinale a alternativa correta.

(A) Todas as afirmativas estão incorretas.

(B) A afirmativa II está integralmente correta e as afirmativas I, III e IV estão incorretas.

(C) As afirmativas I, II e III estão integralmente corretas, mas a afirmativa IV está incorreta.

(D) As afirmativas I e II estão integralmente corretas e as afirmativas III e IV estão incorretas.

14. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Procedimento dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri (arts. 406 a 497 do CPP)

Quanto ao Procedimento Especial do Tribunal do Júri, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O desaforamento é permitido na pendência de recurso interposto contra a decisão de pronúncia.

(B) A instalação da sessão de julgamento sem o número mínimo legal de quinze jurados acarreta a nulidade do julgamento.

(C) A intimação ao réu da sentença de pronúncia em regra é pessoal, mas excepcionalmente pode ser editalícia, permitindo o julgamento à revelia.

(D) A sentença de absolvição sumária, prolatada ao fim do *judicium accusationis*, constitui hipótese de extinção do feito com julgamento do mérito e faz coisa julgada formal e material, sendo atacada pelo recurso de apelação.

9. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

De acordo com a disciplina traçada pelo Código Civil acerca dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O dolo acidental é causa de anulação do negócio jurídico, na forma do art. 171, II, do Código Civil.
- (B) A coação contemplada no art. 171, II, do Código Civil, como causa de anulação do negócio jurídico, pode ser tanto a absoluta quanto a relativa.
- (C) O negócio jurídico simulado é nulo; a despeito dos efeitos ex tunc da declaração que reconhece a nulidade, os terceiros de boa-fé terão os seus direitos ressaltados em face do negócio jurídico simulado.
- (D) O estado de perigo disciplinado pelo art. 156, do Código Civil, tem como um de seus elementos a ameaça séria de provocar grave dano ao patrimônio daquele que alega o vício do consentimento em seu favor.

10. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)

Dentre as hipóteses declinadas a seguir, assinale aquela que corresponde a uma causa interruptiva da prescrição prevista no art. 202, do Código Civil.

- (A) A vigência da sociedade conjugal.
- (B) A incapacidade decorrente da hipótese prevista no art. 3º, do Código Civil.
- (C) O serviço militar das forças armadas dos que estiverem fora do país, em tempo de guerra.
- (D) A prática de ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

11. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)

Considerando os prazos prescricionais previstos no Código Civil, assinale a proposição correta dentre as destacadas a seguir.

- (A) É de cinco anos o prazo prescricional da pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (B) É de dois anos o prazo prescricional da pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (C) É de um ano o prazo prescricional da pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

(D) É de três anos o prazo prescricional da pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembleia que aprovar o laudo.

12. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2019

Assunto: Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)

Considerando os prazos prescricionais previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Prescreve em três anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (B) Prescreve em cinco anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (C) Prescreve em um ano a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- (D) Prescreve em um ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

13. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2019

Assunto: Das Obrigações de Dar (arts. 233 a 246)

Assinale as afirmativas sobre obrigações de dar coisa certa ou incerta e assinale aquela que espelha a hipótese correta.

- (A) Se o bem, objeto da obrigação de dar coisa certa se deteriorar, sem culpa do devedor, ficar-lhe-á assegurada a faculdade de resolver a obrigação.
- (B) Nas obrigações de dar coisa determinada pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- (C) Na obrigação de restituir coisa certa, a deterioração do bem sem culpa do devedor impõe ao credor o seu recebimento no estado em que se encontra, mas o credor tem direito à indenização por perdas e danos.
- (D) Nas obrigações de restituir coisa certa, o credor sofrerá a perda do bem que ocorrer antes da tradição sem culpa do devedor, com o que a obrigação ficará resolvida, ressalvados os direitos do credor até o dia da perda.

É correto o que se afirma

- (A) apenas em I e II.
- (B) apenas em II e III.
- (C) apenas em I.
- (D) em I, II e III.

11. INSTITUTO CONSULPLAN - ASSJUR (PREF SUZANO)/PREF SUZANO/2021

Assunto: Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Em uma ação de recuperação judicial que tramita na Justiça Estadual, na Vara de Falências e Recuperações Judiciais, uma empresa pública federal peticionou manifestando interesse no feito. Nos termos do Código de Processo Civil.

- (A) Se a intervenção fosse de autarquia federal, os autos seriam remetidos ao juízo federal.
- (B) A remessa dos autos para a Justiça Federal depende da concordância da recuperanda.
- (C) A intervenção da empresa pública federal não atrai a competência da Justiça Federal.
- (D) A remessa dos autos para a Justiça Federal depende da concordância do Ministério Público.

12. VUNESP - PROC (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Da Capacidade Processual (arts. 70 a 76)

Ao tratar das partes e da capacidade processual, o Código de Processo Civil estabelece que o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor

- (A) qualquer ação judicial, desde que casados sob o regime da separação de bens ou participação final dos aquestos.
- (B) ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- (C) qualquer ação judicial, salvo quando casados sob o regime de separação obrigatória de bens.
- (D) ação que verse sobre direitos patrimoniais e reais, independentemente do regime de casamento.
- (E) ação que verse sobre direitos patrimoniais e reais, desde que casados sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.

13. INSTITUTO MAIS - RES (PREF SP)/PREF SP/JURÍDICA/2022

Assunto: Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

No que diz respeito às disposições do Código de Processo Civil, relativas ao litisconsórcio, é correto afirmar que

- (A) há previsão de possibilidade de duas ou mais pessoas litigarem, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, prevendo como única condição a voluntariedade de todos os litisconsortes.

(B) o juiz não poderá em qualquer hipótese limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução.

(C) o litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

(D) nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de improcedência da pretensão.

(E) o litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

14. IDIB - ATAJ (CRF MS)/CRF MS/2021

Assunto: Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

Sobre o amicus curiae, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O amicus curiae não pode ser pessoa jurídica.
- (B) Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do amicus curiae.
- (C) O amicus curiae não é considerado litisconsorte necessário.
- (D) O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

15. CEBRASPE (CESPE) - ANA LEG (ALECE)/ALECE/DIREITO/2021

Assunto: Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz (arts. 139 a 143)

Conforme o Código de Processo Civil, é vedado ao juiz exercer suas funções em processo caso

- (A) seu amigo íntimo seja uma das partes, configurando impedimento.
- (B) seu parente de segundo grau, em linha reta, seja advogado na causa, configurando suspeição.
- (C) seja parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego, configurando impedimento.
- (D) uma das partes seja devedora de seu cônjuge, configurando impedimento.
- (E) seja membro de administração de pessoa jurídica parte no processo, configurando suspeição.

16. CPCON UEPB - ASS (PREF CACIMBA D)/PREF CACIMBA DENTRO/JURÍDICO/2021

Assunto: Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Sobre os atos processuais, no novo Código de Processo Civil, considere, as seguintes assertivas.

8. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRADOR/2022

Assunto: Governo Eletrônico

Considerando que temas como governo eletrônico, transparência na gestão pública, controle externo por parte dos agentes sociais, cidadania e accountability (liberdade com responsabilidade) são constantemente debatidos na atualidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Entende-se por governo eletrônico, o conjunto de serviços e acessos às informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.
- (B) O governo eletrônico deve ser entendido como instrumento de aperfeiçoamento tecnológico da Administração Pública e não como vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade.
- (C) O potencial democrático inerente ao governo eletrônico só se concretizará se houver vontade política no sentido de estimular a participação popular, a transparência na gestão pública, bem como a promoção da inclusão digital.
- (D) Com a implantação do governo eletrônico, torna-se possível melhorias na eficiência dos processos internos, redução dos custos das transações, minimização de distorções de informações e de sonegações fiscais, além da possibilidade de melhorias no processo de combate à corrupção.

9. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2019

Assunto: Administração patrimonialista

Em relação à administração pública e aos conceitos de administração patrimonialista, burocrática e gerencial, assinale a conduta que confirma práticas patrimonialistas.

- (A) Licitação.
- (B) Nepotismo.
- (C) Concurso público.
- (D) Avaliação de desempenho.

10. CONSULPLAN - ESTAG (MPE PA)/MPE PA/ADMINISTRAÇÃO/2019

Assunto: Administração burocrática

Assinale o conceito que, se aplicado em excesso, NÃO representa uma disfunção do modelo de administração burocrática.

- (A) Probidade.
- (B) Autoridade.
- (C) Hierarquização.
- (D) Regulamentação.

11. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/ENFERMEIRO/2022

Assunto: Introdução ao Processo de Planejamento (diretrizes, princípios, características, etapas, níveis)

Dentre as funções que constituem o processo administrativo, encontra-se o planejamento que pode ser compreendido como “a determinação de uma sequência de ações que tem por objetivo alcançar um resultado desejado; determina aquilo que deve ser feito e como deve ser feito”.

(CHIAVENATO, 2004.)

No processo de trabalho de gerenciamento na enfermagem, o planejamento é uma das atividades privativas do enfermeiro. Sobre o planejamento, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Deve ser flexível a fim de poder se adaptar a situações imprevistas.
- (B) Conforme a abrangência é classificado em estratégico e operacional.
- (C) Deve ser econômico e realista, em relação aos recursos necessários, otimizando ao máximo os recursos existentes.
- (D) O gráfico de Gantt é um dos instrumentos que podem ser utilizados para ajudar na sistematização das ações traçadas em um planejamento.

12. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/SOCIOLOGO/2022

Assunto: Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico vem sendo entendido como a forma contemporânea da planificação. Os estudos permitiram que a temática do planejamento pudesse ressurgir com renovada importância no contexto sociopolítico e institucional, nos níveis local, estadual, nacional e mundial, quer no âmbito da Administração Pública, quer no do setor privado. Considerando o planejamento estratégico, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) A noção de estratégia no planejamento surge para desvendar o seu caráter de concepção e ação (institucional ou não), que busca efetividade em um ambiente homogêneo.
- (B) Em oposição ao planejamento tradicional, o planejamento estratégico visa superar os mitos do instrumental técnico neutro, do técnico planejador e da previsão do futuro.
- (C) A concepção de “estratégia” resgata a noção de combate e a partir dela, pode-se reconhecer as instituições como trincheiras específicas de luta, naturalmente, com mediações.
- (D) O conceito de estratégia está vinculado à ciência ou à arte da guerra, daí que seu sentido etimológico, tomado do grego *strategía*, o define como arte militar, de planejar e executar movimentos e operações de tropas.

(B) Eixo. Interação democrática entre Estado e sociedade civil/ Diretriz. Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento.

(C) Eixo. Direito à Memória e à Verdade./ Diretriz. Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.

(D) Eixo. Universalizar direitos em um contexto de desigualdade/ Diretriz. Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

(E) Eixo. Interação democrática entre Estado e sociedade civil. / Diretriz. Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

12. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/REMOÇÃO/2017

Assunto: Disposições Preliminares (arts. 1º ao 7º da Lei nº 10.741/2003)

É obrigação assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Assim, tais obrigações são

- (A) da família e poder público.
- (B) da comunidade e poder público.
- (C) da família, sociedade e comunidade.
- (D) da sociedade, da família, do poder público e da comunidade.

13. CONSULPLAN - TEC (MPE PA)/MPE PA/PEDAGOGO/2022

Assunto: Dos Alimentos (arts. 11 ao 14 da Lei nº 10.741/2003)

De acordo com o Estatuto do Idoso, Capítulo III, que trata da proteção alimentar do idoso.

· Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

· Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

· Art. 13. Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008)

Podemos afirmar que a obrigação alimentar decorre de.

- (A) Filiação.
- (B) Parentesco.
- (C) Pátrio poder.
- (D) Poder familiar.

14. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2017

Assunto: Do Direito à Saúde (arts. 15 ao 19 da Lei nº 10.741/2003)

Ao idoso que esteja no domínio das suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que for reputado mais favorável. Porém, não estando o idoso em condições de proceder a opção, esta será feita

I. Pelo vizinho ou amigo próximo, caso o idoso não tenha familiares.

II. Pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consultar o curador ou familiar.

III. Pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contatado em tempo hábil.

Completa corretamente o enunciado.

- (A) Somente a afirmação III.
- (B) As afirmações I e III.
- (C) As afirmações II e III.
- (D) Todas as afirmações

15. CONSULPLAN - NER (TJ MG)/TJ MG/PROVIMENTO/2017

Assunto: Da Política de Atendimento ao Idoso (arts. 46 ao 68 da Lei nº 10.741/2003)

Nos termos do Estatuto do Idoso, as entidades governamentais de atendimento que descumprirem as suas determinações ficarão sujeitas às seguintes penalidades,

EXCETO.

- (A) Multa
- (B) Advertência
- (C) Afastamento provisório de seus dirigentes
- (D) Afastamento definitivo de seus dirigentes

16. CONSULPLAN - OF JUD (TJ MG)/TJ MG/OFICIAL DE APOIO JUDICIAL/2017

Assunto: Do Acesso à Justiça (arts. 69 ao 92 da Lei nº 10.741/2003)

É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância. Diante do exposto, aduz a legislação atinente à matéria, EXCETO.

- (A) A prioridade se estende aos processos e procedimentos na administração pública.
- (B) Para atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas.
- (C) A prioridade cessará com a morte do beneficiário, não se estendendo em favor de cônjuge, mesmo que este tenha mais de 60 (sessenta) anos.